



PROGRAMA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS E COM-VIDA: UMA REVISITA AO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Maria Rita Mendonça Vieira¹; Suzete Rosana de Castro Wiziack²; Angela Maria Zanon³

RESUMO

O artigo discute a importância do Programa Escolas Sustentáveis Com-Vida e suas reflexões na reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola participante do processo formativo, em 2015. A investigação de perspectiva qualitativa analisou o PPP dessa instituição escolar. Os resultados apontam que o processo formativo possibilitou a discussão democrática na escola, o que resultou na reformulação do PPP, em 2017. E, embora a dimensão ambiental seja apresentada apenas na abordagem dos temas transversais, percebemos que os princípios da Educação Ambiental estão presentes ao longo do instrumento analisado. As reflexões oportunizadas e o pensamento participativo para a formulação do PPP foram potencializadas durante a formação por meio de conhecimentos teórico-práticos permitindo a transformação do espaço escolar, no sentido de avançar na construção de uma verdadeira Escola Sustentável.

Palavras-chave: Escolas Sustentáveis; Projeto Político Pedagógico; Educação Ambiental.

ABSTRACT

The article discusses the importance of the Com-Vida Sustainable Schools Program and its reflections in the reformulation of the Pedagogical Political Project (PPP) of a school that participates in the formative process in 2015. The research of qualitative perspective analyzed the PPP of this school institution. The results show that the training process allowed the democratic discussion in the school, which resulted in the reformulation of the PPP in 2017. And although the environmental dimension is presented only in the approach to cross-cutting themes, we realize that the principles of Environmental Education the instrument analyzed. Opportunistic reflections and participatory thinking for the formulation of the PPP were potentialized during the training through theoretical and practical knowledge allowing the transformation of the school

1 Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. E-mail: mariaritamvieira@gmail.com.

2 Doutora em Educação. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. E-mail: suzetew@gmail.com.

3 Doutora em Ciências Biológicas. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. E-mail: zanon.ufms@gmail.com.

space, in the sense of advancing in the construction of a true Sustainable School.

Keywords: Sustainable Schools; Political Pedagogical Project; Environmental Education.

Introdução

A proposta de tornar escolas incubadoras de espaços sustentáveis iniciou a partir de diversos movimentos, entre eles o desenvolvido durante o Colóquio “Sustentabilidade, Educação Ambiental e Eficiência Energética: um Desafio para as Instituições de Ensino e para a Sociedade”, em 2009, momento em que foi aprovado o relatório que apontava a necessidade das instituições de ensino tornar-se incubadoras de mudanças na realidade social, articulando três eixos: edificações, gestão e currículo (TRAJBER E SATO, 2010).

Naquele momento se gestava novas formas de ação escolar como o Programa Mais Educação que, por meio do Decreto nº 7.083/2010 propôs a ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola e, em seu inciso V, o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis. O Programa Mais Educação e a Educação Integral (SECAD/MEC) que têm por princípios a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com as comunidades escolares e o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos (BRASIL, 2010).

Este programa visa à indução da ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas aderem ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico, dentre os quais, a educação ambiental (WIZIACK, 2013).

Nesse contexto surge a proposta do Programa Escolas Sustentáveis como uma intervenção de políticas públicas, geradora de transformações face à emergência das mudanças socioambientais globais, e acata as orientações da Avaliação Ecosistêmica do Milênio e do Tratado de Educação Ambiental

para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, entre outros importantes documentos e movimentos ambientalistas locais, nacionais e mundiais (TRAJBER E SATO, 2010).

A concepção do programa reconhece a escola como um espaço educador sustentável ao desenvolver a Educação Ambiental em três dimensões conectadas: o espaço, o currículo e a gestão. O programa incentiva a articulação entre o espaço da escola, a gestão e o currículo, esperando com isso, uma nova cultura na comunidade escolar de acordo com as premissas da sustentabilidade socioambiental. (TRAJBER E SATO, 2010). O processo formativo envolve estudantes, membros da comunidade, professores, funcionários e gestores em diálogos constantes voltados à melhoria da qualidade de vida, por meio de ferramentas como a atuação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida), revisita ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e uma proposta de projeto final, que também deve utilizar ecotécnicas.

Muitas experiências em escolas públicas foram e estão sendo realizadas no Brasil por meio do programa Escolas Sustentáveis. Nessa proposta de formação continuada, diversos sujeitos passaram pelo processo formativo como professores, educandos, representantes da comunidade e gestores, por meio da práxis em Educação Ambiental para a transformação de hábitos, diálogos e discussões das questões ambientais voltadas a realidade local. Nesse sentido, podemos apontar que esse processo formativo tem favorecido experiências e conhecimentos construídos, além de questionamos sobre quais os legados deixados escola, ou seja: dentre as dimensões abordadas durante a formação, dentre elas: currículo, gestão ou mudanças do espaço físico, quais realmente tem contribuído para a concretização da Educação Ambiental escolar?

Segundo Trajber e Sato (2010) uma escola sustentável considera que o território é o espaço que constrói as identidades, ou seja, um currículo cultural do sujeito, da comunidade escolar e também da sociedade brasileira. Para esta passagem da escola ao mundo, vários projetos de gestão são orientados, principalmente na perspectiva da implementação do Projeto Político Pedagógico – PPP e de fortalecimento da Com-Vida (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de vida).

O Com-Vida trata-se de uma comissão a ser criada, envolvendo estudantes, professores, funcionários, diretores e comunidade, cujo objetivo é contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade para a busca de soluções dos problemas locais ao construir a Agenda 21, e desta forma, acompanhar a Educação Ambiental na escola, organizar a Conferência de Meio Ambiente e promover intercâmbios com COM-VIDAS em escolas do município, região ou estado. Ambos, PPP e Com-Vida são espaços coletivos escolar que permitem o debate democrático para se alcançar um modelo de escola sustentável.

Desta forma, a fim de refletir as transformações estabelecidas no espaço escolar após o processo formativo Educação Ambiental: Espaços Educadores e Com-Vida em uma perspectiva de ensino libertadora, crítica e emancipatória, a análise do Projeto Político Pedagógico torna-se um importante instrumento de verificação do movimento para a construção de uma Escola Sustentável.

É nessa perspectiva que o presente artigo tem como objetivo discutir a importância do Programa Escolas Sustentáveis e de suas reflexões na reformulação do Projeto Político Pedagógico – PPP após o processo formativo de uma escola em Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida.

Os caminhos para a educação ambiental na construção do projeto político pedagógico

Ao longo das últimas décadas diversos autores têm chamado a atenção para a aceção da Educação Ambiental, cujo adjetivo “ambiental” está associado ao ato educativo e deve significar, de imediato, “uma outra forma de ver o mundo” (BRUGGER, 2004) ou, como nos convida Carvalho (2006), evidenciar a necessidade de trocar as lentes para renovar nossa visão do mundo e “desnaturalizar” os modos de ver que temos como óbvios. Reigota (1995) nos alerta para o fato de que a Educação Ambiental estar vinculada à forma sobre como concebemos o ambiente, ou seja, como este é percebido.

A ênfase dada pelos autores aos aspectos sociais e culturais da Educação Ambiental mostravam que não deve se restringi-la ao ensino de Ecologia e ao Ensino de Ciências, ou ainda caracterizá-la como um “doutrinação” para modificar comportamentos ambientais predatórios. Ou

seja, ao referir à Educação Ambiental, é preciso situá-la num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-se como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos, conforme vem apontando Jacobi (2005):

[...] a educação para a cidadania trata não só da capacidade do indivíduo de exercer os seus direitos nas escolhas e nas decisões políticas, como ainda de assegurar a sua total dignidade nas estruturas sociais. O exercício da cidadania implica autonomia e liberdade responsável, participação na esfera política democrática e na vida social. Os cidadãos desenvolvem ações de integração social, conservação do ambiente, justiça social, solidariedade e tolerância. Pretende-se, assim, sensibilizar alunos e professores para uma participação mais consciente no contexto da sociedade, questionando comportamentos, atitudes e valores, além de propor novas práticas (JACOBI, 2005, p. 243).

Ora, a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei no 6.938, de 31 de Agosto de 1981, no inciso X, do artigo 2º, estabelece que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981). Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Além disso, o Brasil conta com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 dispõe sobre a Educação Ambiental como componente essencial e permanente na educação, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 1999).

Os sistemas de ensino e suas instituições ao implantarem a Educação Ambiental devem se orientar pelos seguintes objetivos propostos pela PNEA:

- Sistematizar os preceitos definidos na Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam para assegurar a formação humana de sujeitos concretos,

que vive em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, culturais, intelectuais; - Estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes; - Orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica; - Orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as instituições de ensino que os integram (BRASIL, 1999).

Ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), Resolução nº 2, de 15 de julho de 2012, em seu artigo 16 apresenta as formas de inserção dos conhecimentos em Educação Ambiental nos currículos:

I – pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II – como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III – pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares; Parágrafo único – Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos (BRASIL, 2012).

As DCNEA reconhecem o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental e apontam para que os referenciais educacionais considerem os dados da realidade socioambiental, contribuindo assim, para que os sistemas e as instituições de ensino transformem-se em espaços educadores sustentáveis e cumpram o papel na formação de um cidadão crítico voltado à cultura da sustentabilidade socioambiental.

Além disso, outras políticas públicas têm como princípio o currículo em uma proposta inovadora na perspectiva da Educação Ambiental. A Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que, em seu Artigo 5º, é previsto o Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização baseado em: I - formação integral do estudante; II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente; III - educação em direitos humanos como princípio nacional norteador; IV - sustentabilidade ambiental como meta universal.

Em seu artigo 10º, torna-se obrigatório a prática da Educação Ambiental transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos

demais componentes curriculares. No artigo 13º é disposto que as unidades escolares devem orientar a definição de toda proposição curricular, fundamentada na seleção dos conhecimentos, componentes, metodologias, tempos, espaços, arranjos alternativos e formas de avaliação tendo presente, dentre outras questões, a sustentabilidade socioambiental como meta universal, desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente, e baseada na compreensão do necessário equilíbrio e respeito nas relações do ser humano com seu ambiente. Ao tratar o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares que oferecem o Ensino Médio, recomenda-se, o “estudo e desenvolvimento de atividades socioambientais, conduzindo a Educação Ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente” (Artigo 16, Inciso XVII) (BRASIL, 2012).

Corroborando com as diretrizes dessas propostas de políticas públicas, o processo formativo em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis passa por três níveis de discussão durante o percurso pedagógico, nos seguintes módulos “Eu”, “Outro” e o “Mundo”, respectivamente. No módulo “Outro”, o cursista se envolve diretamente com a sua escola, buscando compreendê-la em sua amplitude socioambiental, momento que são discutidas as dimensões: gestão, currículo e espaço escolar. Nessa etapa, são incentivados diálogos que permitam compreender e rever o Projeto Político Pedagógico Escolar e a Com-Vida (TRAJBER E SATO, 2010).

Para Veiga (2005), o Projeto Político Pedagógico é um documento que direciona todas as ações da escola definidas coletivamente no sentido de atender as necessidades específicas do processo ensino-aprendizagem. Vasconcellos (2010) define o Projeto Político Pedagógico como um documento que deve ser aperfeiçoado durante sua implementação, e norteador de todas as intervenções referentes às práticas de ensino da instituição.

Mais recentemente, Veiga (2013) reforça a importância do PPP ao defini-lo como documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o PPP constitui-se em uma tarefa comum da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A estes cabe o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, contando com a valiosa participação de todos.

Concordamos com os autores pois, o empenho no trabalho coletivo, na organização dos membros da comunidade escolar, especialmente com o estímulo a revisita ao Projeto Político Pedagógico (PPP), permite que durante a formação em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis, o educador ambiental perceba a potencialidade desse projeto como uma ação democrática e participativa, uma importante ferramenta política de inserção da educação ambiental na escola (WIZIAK, 2013).

Com o apoio de Veiga (2005), Wiziack chama a atenção para o coletivo escolar como uma instância de reflexão e ação no sentido de que o PPP,

[...] ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. As ações específicas para a obtenção desses fins são meios. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do projeto político pedagógico (VEIGA, 2005, p. 17).

Quando construído de forma legítima, como um processo democrático, o PPP pode se constituir um meio para quebrar relações de poder, inclusive na construção do currículo escolar. Dessa forma, a inserção da Educação Ambiental, entendida em seus princípios libertários, confere a autenticidade necessária para rever questões fundamentais da gestão, do ensino e do currículo escolar, permitindo que a escola institua significações capazes de rever valores presentes entre os membros da comunidade escolar (WIZIACK, 2006).

Desenvolvimento e Discussões

O presente estudo caracterizou-se em uma perspectiva qualitativa do tipo exploratória, tendo como procedimentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental.

Na pesquisa bibliográfica utilizou-se como fontes publicações e artigos em meios digitais, legislação e regulamentações ao tema abordado. Na pesquisa documental foi utilizada a análise do Projeto Político Pedagógico de uma unidade de ensino após o processo formativo Educação Ambiental, Espaços Educadores Sustentáveis e Com-vida realizada no ano de 2015 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A escola foi criada em 1992, por meio do Decreto nº 6.894 de 01/12/1992 e atualmente oferta o Ensino Fundamental do 1º ao 9º anos no período matutino e vespertino, Ensino Médio regular no período noturno e Aja (Avanço do Jovem na Aprendizagem) etapa do ensino fundamental, nos períodos matutino e noturno (PPP, 2017).

No ano de 2015 a escola participou do processo formativo Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vidas, com duração de Dezembro de 2014 à Julho de 2015, na modalidade à distância através da plataforma moodle, ofertada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A equipe participante apresentou a seguinte formação: 01 diretora, 01 coordenadora, 03 professores de Ciências e Matemática, 04 estudantes do Ensino Médio e 01 representante da comunidade escolar.

Como membros da Comissão de Implantação do Programa na UFMS, durante todo o processo formativo foi possível observar a participação efetiva e interesse dos cursistas pela temática proposta. Foi possível constatar durante todo o período, por meio da frequência no ambiente virtual de aprendizagem, a participação e o envio com êxito das tarefas solicitadas. Ainda, percebeu-se que apesar das dificuldades apresentadas inicialmente por alguns cursistas na ambientação com a nova plataforma de estudos (ensino à distância no Moodle), o envolvimento da direção e coordenação da escola, aspecto que se tornou fundamental para a coesão do grupo, foram determinantes para o estabelecimento de vínculos, espaços de discussão e participação, o que evidencia a necessidade de a gestão escolar se envolver nas propostas educativas da escola.

Desta forma, entendemos que a comunidade escolar composta por gestores, educadores, alunos e pais de alunos ao envolverem-se num mesmo objetivo, sem hierarquias, em uma proposta que visa à melhoria do ambiente escolar, o processo de aprendizagem torna-se mais significativo com grandes resultados.

Na etapa final do curso, a escola propôs também, em seu projeto final, a implantação de ações e de ecotécnicas sustentáveis com o objetivo de melhorar o espaço, no sentido de torná-lo um espaço educador sustentável, neste caso proposto um Orquidário e o tratamento e a gestão adequada dos

resíduos sólidos, com a separação dos resíduos recicláveis e a compostagem do material orgânico.

Além dessas implementações no projeto final, inclusive no espaço físico da escola, uma grande contribuição verificada foi o fomento e oportunidade para a retomada da discussão do Projeto Político Pedagógico. Após o término do curso o PPP foi discutido, revisado e publicado uma nova versão no ano de 2017, disponível no site da Secretária Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (PPP, 2017).

Como parte dos objetivos do presente artigo, em seguida apresentamos alguns destaques relevantes no referido documento, bem como algumas considerações sobre a proposta pedagógica apresentada, as possíveis reações com os princípios da Educação Ambiental no ensino básico e as contribuições do processo formativo para a estruturação do Projeto Político Pedagógico.

Observamos que a missão da unidade de ensino descrita no PPP vai ao encontro de alguns dos valores enunciados nas políticas educacionais, sobretudo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A missão é assim definida no PPP: “Nossa escola tem a missão de proporcionar um ensino de qualidade, assegurando aos nossos estudantes aprendizagem crítica e participativa pautada na ética e respeito às diversidades” (PPP, 2017).

Ainda, a escola tem como princípios básicos a igualdade, a liberdade, o pluralismo de ideias, a gratuidade do ensino, a valorização do educador e do educando, a experiência extraescolar e a democracia, buscando através de suas ações evidenciar a qualidade e a vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, oferecendo meios para o desenvolvimento integral das crianças, dos jovens e dos adultos, para que, ao adquirir sua formação básica, progrida no trabalho e em estudos posteriores, consolide e aprofunde seus conhecimentos, aprimorando-se como pessoa humana consciente dos fundamentos científicos e tecnológicos (PPP, 2017).

O currículo é apontado no PPP da Escola como o instrumento de trabalho onde se encontra o conjunto de atividades no qual à escola se fundamenta, deve estar de acordo com as metas, oferecendo condições reais para que sejam alcançadas (PPP, 2017).

A temática ambiental está presente apenas quando se descreve o desenvolvimento das ações que contemplam os temas transversais como a sexualidade, ética, pluralidade cultural, meio ambiente e saúde, Educação no Trânsito, Educação Ambiental, Combate e Prevenção da Dengue e Bullying (PPP, 2017).

Observamos que o Projeto Político Pedagógico reformulado em 2017, mesmo após a formação Projeto Escolas Sustentáveis, não tornou evidente a inserção da questão ambiental ou da Educação Ambiental como algo a ser incorporado nos princípios políticos e filosóficos da escola, de tal forma que oriente as ações articuladas do currículo.

Entretanto, vimos aspectos de uma educação libertadora, com os valores e tendências da chamada Educação Ambiental crítica que estão apontados no Projeto Político Pedagógico quando o mesmo apresenta o processo de ensino e aprendizagem:

[...] entende-se que o processo de ensino e aprendizagem envolve um conteúdo que é ao mesmo tempo produção e produto. Parte de um conhecimento que é formal (curricular) e outro que é latente, oculto e provém dos indivíduos, pois todo ato educativo depende, em grande parte, das características, interesses e possibilidades dos sujeitos participantes, estudantes, professores, comunidades escolares e demais fatores envolvidos no processo. É preciso compreender que o processo de ensino e aprendizagem se dá na relação entre indivíduos que possuem sua história de vida. Pela diversidade individual e pela potencialidade que esta pode oferecer a produção de conhecimento, conseqüentemente ao processo de ensino e aprendizagem, pode-se entender que há necessidade de estabelecer vínculos significativos entre as experiências de vida dos estudantes, os conteúdos oferecidos pela escola e as exigências da sociedade, estabelecendo também relações necessárias para compreensão da realidade social em que vive e para mobilização em direção a novas aprendizagens com sentido concreto (PPP, 2017).

As questões apontadas no PPP dessa escola coadunam com que Borges (2011) enfatiza como necessário e inerente à implantação de uma escola sustentável, ou seja: ao respeitar as diferenças, os saberes tradicionais, as histórias de vida, a diversidade cultural de sua comunidade, com reflexos no currículo como orientador das disciplinas, conteúdos e atividades desenvolvidas, a escola educa. Ao incentivar a interação, compartilhar ideias, revitalizar os espaços de convívio à luz das aprendizagens, a escola educa. Quando vai além dos seus muros, alcança

seu entorno, chega à comunidade, às famílias, tornando-se referência para mudanças coletivas, a escola se torna um espaço educador.

Nesse sentido, o processo formativo em 2015, ao oportunizar a discussão do Projeto Político Pedagógico à luz dos referenciais em Educação Ambiental, possibilitou uma discussão democrática na unidade de ensino, permitindo o resgate de valores de cidadania na busca de mudanças na escola, em uma perspectiva que caminha para a sustentabilidade socioambiental. Vimos que o processo de retomada do PPP teve grandes resultados, pois culminou na concretização da publicação da nova versão, no ano de 2017.

Tais resultados apontaram que uma gestão democrática do espaço e do coletivo escolar passa, necessariamente, pela revisão de instrumentos que muitas vezes constituem meras formalidades na escola, como o regimento interno e o PPP mas que, se bem utilizados, guardam um imenso potencial transformador (MOREIRA, 2011).

A escola, ao revisitar seu Projeto Político Pedagógico, de maneira democrática e participativa, pode melhorá-lo. Dessa forma, concordamos com Trajber e Sato (2010) quando afirmam que mesmo que a escola não seja a resposta de problemas, a mesma pode superar-se tornando-se geradora de uma cultura pró-sustentabilidade fomentada por um currículo apropriado, o qual permite que as preocupações socioambientais no âmbito global sejam absorvidas pela consciência individual. Ou seja, quando a escola assume um papel reflexivo e ativo será possível uma verdadeira transformação, formando pessoas capazes de enxergar as injustiças do mundo e alterar o ideário desenvolvimentista e consumista para práticas sustentáveis e duradouras (TRAJBER E SATO, 2010).

Concordamos que neste caso, o PPP torna-se uma ferramenta prática para a inserção da Educação Ambiental, sobretudo quando delineia e comunica claramente seus objetivos, bem como os passos para alcançá-los, a escola tem a possibilidade de tornar-se não só educadora, e sim uma escola educadora sustentável, ou seja uma incubadora de mudanças concretas na realidade social, articulando três eixos: edificações, gestão e currículo, conforme aponta Moreira (2011).

Os resultados puderam evidenciar que o Programa Escolas Sustentáveis contribuiu para a construção do espaço educador sustentável, através do incentivo a conteúdos no seu currículo, a gestão democrática e o espaço físico repensado com a comunidade escolar. Além disso, este programa está fundamentado em políticas e documentos que tentam se afastar do modelo de desenvolvimento vigente e incentiva a práxis reflexiva, priorizando o diálogo entre os conhecimentos científicos, culturais e saberes locais (GROHE, 2014).

Ainda que o PPP reformulado em 2017 não traga clareza da dimensão Ambiental na organização do currículo de forma interdisciplinar e transversal, o mesmo aponta a importância de uma educação crítica e a interlocução de saberes dos educandos, com tendência à educação científica, visando à transformação da realidade local:

[...] buscamos possibilitar aos estudantes o conhecimento que os capacite a conviver com o diferente, com respeito ao meio ambiente, com a participação ativa e crítica da sociedade. Desenvolvemos o processo diagnóstico e global e sua reflexão sobre as metodologias adotadas na escola tendo como instrumentos norteadores o plano de ensino dos professores, Parâmetros Curriculares Nacional e Referenciais Curriculares da Rede de Ensino de Mato Grosso do Sul. Com base neste PPP, gestado nesta Unidade Escolar e nas discussões dos profissionais que nela atuam, registramos os aspectos necessários para que possamos nortear todos os caminhos que pretendemos percorrer como também, investir em iniciativas inovadoras, no que se referem aos procedimentos didático-pedagógicos, incluídos os de avaliação e uma especial atenção a comunidade de pais da escola. O projeto está respaldado na legislação vigente, e apresenta as suas perspectivas de transformações dentro da comunidade escolar (PPP, 2017).

Nesses espaços educadores dispostos a atuar na construção de uma nova cultura de sustentabilidade é possível valer-se dessas práticas e princípios e empregá-los de maneira transversal, integral e interdisciplinar, tornando-se, assim, espaços educadores sustentáveis. O PPP permite que insira a intencionalidade pedagógica de se constituírem em referências de sustentabilidade socioambiental, isto é, “espaços que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. Permitindo maior qualidade de

vida, esses espaços educam por si e irradiam sua influência para as comunidades nas quais se situam” (BORGES, 2011).

Com esse sentido, a inserção curricular da educação ambiental no Projeto Político Pedagógico da escola, de forma inter e transdisciplinar, promove a construção do conhecimento com uma postura crítica, ética e transformadora de valores que reorientem atitudes para a construção de sociedades sustentáveis (MOREIRA, 2011).

A escola após a revisão do PPP tornou-se um espaço mais democrático capaz de estimular o surgimento e disseminação da cultura da sustentabilidade, mais coerente aos três eixos propostos para a escola sustentável: o currículo, a gestão e o espaço construído.

Considerações Finais

A partir das discussões das políticas públicas voltadas a Educação Ambiental no contexto escolar, especialmente aquelas sobre a implementação de Espaços Educadores Sustentáveis percebemos que a escola pode ser um espaço democrático de construção de ações de sustentabilidade. Vimos que nela é possível a inserção de uma Educação Ambiental que visa não somente a transformação da sociedade e da cultura desenvolvimentista, mas também visa a transformação da própria escola.

Nesse processo de mudança da cultura consumista para uma nova ordem sustentável, a escola pode incluir como eixo estruturante os valores éticos, o respeito, os direitos e os deveres, que são parte de uma construção coletiva onde os indivíduos são comprometidos com o próximo, e desta forma com meio ambiente.

Nesta perspectiva, de uma escola que busca a educação libertadora, crítica e emancipatória com a formação de cidadãos críticos para o rompimento das relações de poder e injustiças sociais, e a concretização de uma nova sociedade com ideais sustentáveis é que a dimensão ambiental da educação deve perpetuar por meio do currículo escolar.

Com os resultados da investigação vimos que a Educação Ambiental no contexto escolar, poderá potencializar o Projeto Político Pedagógico contribuindo para resgatar seu primeiro sentido, o de pensar e propor uma educação libertadora que desejamos desenvolver em nossas escolas.

Nesse sentido, percebemos que o processo de construção do PPP foi uma experiência exitosa desenvolvida pela comunidade escolar após o processo formativo em Educação Ambiental e Escolas Sustentáveis, pela qual possibilitou um espaço de discussão democrática desse importante instrumento de gestão na unidade escolar.

Embora a inserção da Educação ambiental seja apresentada no PPP apenas quando apontado os temas transversais, percebemos que os princípios e valores da Educação Ambiental norteadores dos documentos oficiais e legislações pertinentes estão presentes ao longo do instrumento analisado em diversos pontos: ao tratar da missão da escola em uma perspectiva crítica e de respeito as diversidades; ao definir os princípios de igualdade, pluralismo e democracia; ao abordar o processo de ensino e aprendizagem baseado nas relações de saberes e história do indivíduo e nas premissas pautadas da gestão escolar de forma participativa e crítica na busca da transformação da comunidade local.

Podemos inferir que a inserção transversal e interdisciplinar da Educação Ambiental no currículo ainda é complexa, ao analisarmos o PPP verificamos que a proposta se mostra insipiente nesse instrumento recém reformulado. O contínuo processo de revisão desse documento poderá levar a escola a um verdadeiro caminho de emancipação na perspectiva de um ensino libertador, pois ao revitalizar o PPP, com ações, conteúdos estabelecidos e respeitados pelo coletivo escolar torna-se mais viável a proposição de mudanças referendadas por meio desse processo democrático.

Entretanto pela dinâmica escolar e sua diversidade, a construção contínua do Projeto Político Pedagógico é fundamental para permitir futuros avanços da dimensão ambiental no respectivo documento, tendo em vista que a reformulação pôde estimular tomadas de posição descentralizadas, o fortalecimento de atitudes democráticas e comunicativas no interior da escola. Tais experiências devem ser refletidas no interior da escola para que os acertos e os erros possam subsidiar as tomadas de decisões.

Podemos ressaltar que, provavelmente o conhecimento e reflexões oportunizadas no decorrer do curso e o movimento cotidiano escolar em um pensamento crítico e participativo para formulação do Projeto Político Pedagógico foram potencializados, pois é através de conhecimentos

teórico/prático que se pode promover as mudanças necessárias para a transformação do espaço escolar em uma verdadeira Escola Sustentável.

Referências

BORGES, Carla. **Espaços educadores sustentáveis**. Salto para o Futuro. Ano XXI Boletim 07, junho, 2011.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional de Meio Ambiente**.

Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o programa mais educação. Diário Oficial da União, Brasília, 27 jan. 2010.

BRASIL. Resolução nº 2, de 15 de julho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** 3. ed. Florianópolis: Argos, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2006.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. **Escolas Sustentáveis Como Proposta De Política Pública No Brasil**. X Anped Sul, Florianópolis, p. 1 – 15, Outubro, 2014.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

MOREIRA, Tereza. **Escola sustentável: currículo, gestão e edificação**. In: **Espaços Educadores Sustentáveis**. Rio de Janeiro: Boletim TV Escola, nº 7, junho de 2011.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Político Pedagógico, Escola Estadual Padre**

Nunes, Coxim-MS, 2017. Disponível em: <
<http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/ProjetoPoliticoPedagogico/Visualizar.aspx?PPPID=xtcE8GO+zxA=>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. especial, p. 70-78, 2010.

TRAJBER, Rachel. **Vida sustentável: ações individuais e coletivas. In: Espaços Educadores Sustentáveis.** Rio de Janeiro: Boletim TV Escola, nº 7, junho de 2011, pp. 23-29.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização.** 21ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010. 208 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 20ª ed. Campinas, SP: Papirus. 2005. 192 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**, v. 7, p. 159, 2013.

WIZIACK, Suzete Rosana de Castro. Subsídios para a inserção da educação ambiental no projeto pedagógico escolar. In: VARGAS, I. A. (Org.) **Gotas de saber: reflexão e prática.** Campo Grande, MS, ED. Oeste, 2006.

WIZIACK, Suzete Rosana de Castro; VARGAS, Icléia Albuquerque; ZANON, Angela Maria. Programa Escolas Sustentáveis: reflexões para a formação de educadores ambientais no Brasil. **VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro - SP, 07 a 10 de julho de 2013.